



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

DECRETO Nº 2037 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

“Regulamenta os procedimentos destinados a concessão de Isenção de IPTU aos aposentados nos termos do Art. 67, do Código Tributário Municipal, redação dada pela Lei Complementar 50/2017, e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e, particularmente as que lhe conferem o disposto na Lei Complementar nº 082 de 30 de Dezembro de 1997.

CONSIDERANDO, a necessidade de normatizar e uniformizar a concessão de isenção do Imposto Predial e Territorial urbano aos aposentados,

DECRETA:

Art. 1º - A isenção de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, nos termos do Art. 67, do Código Tributário Municipal, com redação dada pela Lei Complementar nº 50/2017, será concedida mediante requerimento anual do interessado, protocolizado até o último dia útil do mês de março de cada ano, junto ao Setor de Protocolo Geral, dirigido à Diretoria de Arrecadação da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, para análise.

§ 1º. O benefício será concedido mediante a comprovação dos seguintes itens:

- I. O requerente seja aposentado;
- II. O requerente seja proprietário de um único imóvel em todo o território nacional, seja em perímetro urbano ou na zona rural;
- III. O imóvel seja utilizado como residência unifamiliar;
- IV. O uso do imóvel seja exclusivamente residencial do interessado;
- V. O rendimento familiar mensal não ultrapasse 01 (um) salário mínimo, sem outro rendimento de qualquer natureza.

§ 2º. As solicitações de isenções deverão estar devidamente instruídas com os documentos de legitimidade, qualificação e representatividade do Requerente.

§ 3º. Os documentos estabelecidos no parágrafo anterior são:

- I. Certidão de Matrícula atualizada, atestando a Propriedade do imóvel;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

- II. Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- III. Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro de Imóveis, atestando que o contribuinte é proprietário de um único Imóvel em todo o território Nacional, tanto urbano quanto residencial
- IV. Declaração assinada, com firma reconhecida, de que possui, a qualquer título, somente o imóvel objeto da isenção, sob o qual mantém residência habitual
- V. Cópia dos Documentos pessoais, Identidade e CPF;
- VI. Comprovante de rendimento da aposentadoria de até 01 (um) salário mínimo mensal, anexando cópia dos 03 (três) últimos demonstrativos de pagamento.
- VII. Comprovante de residência em nome do proprietário (Conta de Energia Elétrica ou Água);

§ 4º. A legitimidade é comprovada quando o requerente da solicitação constar no Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo e no Cartório de Registro de Imóveis, como sujeito passivo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

§ 5º. Quando constar como sujeito passivo do IPTU mais de um proprietário, ou seja, houver sobre o imóvel condomínio, perderá o direito à isenção.

§ 6º. Quando a solicitação for formulada por procurador ou representante legal, deve ser anexada a procuração, com firma reconhecida, bem como cópia da cédula de identidade e CPF do outorgante e do outorgado.

Art. 3º - A solicitação do benefício, de imediato, autoriza a fiscalização tributária do Município o acesso ao imóvel considerado, a fim de constatação das circunstâncias assinaladas neste artigo.

Art. 4º - O direito de isenção cessa nas seguintes hipóteses:

- I. O beneficiário da isenção obtiver outro tipo de rendimento que lhe proporcione mais que o valor de 01 (um) salário mínimo nacional mensal;
- II. Por falecimento do beneficiário da isenção;
- III. Quando houver mudança da propriedade do imóvel;
- IV. Quando o imóvel possuir áreas não regularizadas;
- V. Quando o proprietário beneficiado ceder a qualquer título a posse sobre o bem.

Parágrafo Único: A isenção poderá ser revogada, de ofício, a qualquer tempo, caso fique comprovado que o beneficiário deixou de atender aos requisitos legais ou regulamentares referentes à matéria.

Art. 5º - O beneficiário enquadrado indevidamente na presente legislação, terá a isenção imediatamente cancelada, e será efetuado o lançamento em Dívida Corrente ou Dívida Ativa do respectivo Débito no valor da isenção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

Art. 6º - A isenção regulamentada por este Decreto não abrange o pagamento de outras taxas e contribuições, a análise será feita somente em relação ao IPTU.

Art. 7º - Os beneficiários da isenção referida neste Decreto ficam obrigados ao cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação.

Art. 8º - Após a análise do requerimento, se o processo for indeferido este será arquivado. Parágrafo único: Em caso de não ser apresentada toda a documentação relacionada neste Decreto, ou outra que venha a ser necessária à análise da isenção, no prazo de 30 dias contados do protocolo, o processo será indeferido e arquivado.

Art. 9º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto 1.369 de 2015.

Art. 10 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 28 de dezembro de 2017.


SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal de Monte Carmelo


BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município